

Os desafios da consolidação da democracia e da construção do Estado: Um olhar sobre as Eleições Locais de 2013

Manuel de Araújo¹ e Nobre de Jesus Canhanga

As discussões sobre o Estado no processo de democratização aparecem ligadas ao papel das instituições e dos actores no campo político. No centro deste debate, existe a percepção de que a democracia é condição indispensável a existência de instituições políticas viáveis e efectivas que desempenhem um papel decisivo no funcionamento do sistema dominante que viabiliza a segurança colectiva, a estabilidade política e o equilíbrio no tratamento dos actores políticos (Przeworski, 1994). Neste contexto, estudos eleitorais adestrados no campo da Ciência Política moderna legitimaram a crença de que consensos alcançados na construção das instituições são importantes para consolidação da democracia, facilitam a justiça e o equilíbrio a gestão dos assuntos do Estado (Tollenaere, 2003). Na busca destes propósitos, nos finais dos anos 80, vários países africanos iniciaram o processo de transição política e económica e introduziram mudanças profundas nas suas Constituições políticas.

Abordaremos o trabalho tendo como premissa a ideia de que o processo de consolidação da democracia e estabilidade política, depende da interacção entre os mais diversificados actores que asseguram a legitimidade das instituições do Estado. O nosso principal argumento é de que o processo de consolidação da democracia e, conseqüentemente, a estabilidade política, depende da interacção entre os mais diversificados actores que asseguram a legitimidade das instituições do Estado (Renno, Smith, Laiton & Batista, 2000). Este argumento assenta suas bases no pressuposto de que os sistemas democráticos revelam-se pela capacidade de estabelecer relações justas e equilibradas no tratamento dos diferentes actores da vida política de maneira que em última análise as instituições do Estado responsáveis pela legitimação do processo democrático devem adoptar comportamentos e medidas equilibradas no tratamento dos actores políticos. Dentro deste paradigma de análise, reside a ideia de que a capacidade de equilíbrio entre diferentes segmentos do campo político, não só depende da configuração de arranjos institucionais que asseguram a interacção entre os actores, mas também, da aptidão e oportunidade conferida às instituições para operacionarem os instrumentos definidos para a consolidação da democracia e estabilidade do sistema político.

Entretanto, a perspectiva teórico-científica que alia o processo de transição democrática às questões de eleições, violência, legitimidade do Estado e à criação de um ambiente apropriado para a estabilidade do sistema político revelou seu questionamento aquando das eleições locais realizadas em 2013. Os esforços e tentativas de buscar ganhos eleitorais de forma incondicional, as tentativas de asfixiar as liberdades políticas dos cidadãos e/ou das instituições usando os meios repressivos do Estado, o desrespeito pelas vidas humanas e uma gestão deficiente do processo eleitoral, serviram para confirmar que: *a)* durante as eleições locais de 2013 houve tentativas de romper a ordens constitucionais democraticamente institucionalizadas e as dificuldades de alguns segmentos político-sociais em aderirem às regras do jogo democrático na resolução de conflitos; *b)* as últimas décadas do processo de democratização não favoreceram o equilíbrio no tratamento dos diferentes actores políticos, o que colocou em causa a estabilidade e os aspectos relacionados com a protecção das liberdades dos cidadãos.

Embora em termos legais, teóricos e pragmáticos a democracia seja formalmente assente no princípio de equilíbrio, da equidade e isenção, no contexto moçambicano, estes princípios constituem desafio para construção do Estado e da democracia. Os seguintes dilemas eleitorais registados em Novembro de 2013: *a)* a ausência de consenso sobre os arranjos institucionais que gerem os processos eleitorais, *b)* a falta de equidade no tratamento dos actores políticos, *c)* o uso desproporcional do poder coercivo do Estado e *d)* o fraco aperfeiçoamento da gestão dos processos eleitorais, identificados nas eleições locais de 2013, podem ser considerados elementos reveladores de um frágil processo de construção de Estado e consolidação da democracia em Moçambique.

¹ Académico, Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane. E-mail: alculete8@gmail.com Celular 846793717. Nobre Canhanga, Oficial Nacional de Programas na SDC. Email: nobre.canhanga@eda.admin.ch ou n.canhanga@yahoo.com.br

O artigo enquadra-se no debate sobre a relação de diferentes actores políticos envolvidos no processo da construção do Estado e consolidação da democracia e explora a trajectória da transição e estabilidade política em Moçambique. Para tal, o enfoque analítico reside no exame da dinâmica dos conflitos eleitorais registados em Novembro de 2013, assim como, os factores que no decorrer daquele processo eleitoral revelaram-se menos capazes de estabelecer equilíbrio no tratamento dos diferentes actores da vida política, de maneira que precipitaram o uso excessivo da força policial e colocaram em causa a legitimidade das instituições do Estado.